

E que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz!

O Dia Internacional da Mulher nos convoca a celebrar conquistas e renovar as forças para continuar desbravando o árduo caminho rumo à emancipação feminina. Muito já foi feito a partir de atitudes de mulheres que ousaram mudar a História, rompendo silêncios e levando para o domínio público suas tragédias na vida privada.

Nossas raízes patriarcais estruturam o Estado e continuam moldando o universo cultural no qual vivemos. A prepotência do coronel, na família, na política e na atividade social, vem se transmudando ao longo dos anos, em novas formas, porém reprodutoras das assimetrias entre homens e mulheres. A violência contra a mulher se manifesta na favela e também nas mansões. Muitas vezes atrás de um belo par de óculos *Ray Ban* esconde-se um olho roxo.

Pesquisa do IPEA informa que houve 16.993 casos de feminicídios no país, de 2009 a 2011, o que resulta numa taxa de mortalidade média anual de 5,82 óbitos por 100.000 mulheres. Em alguns estados os números aumentam. O Espírito Santo puxa o 1º lugar com uma taxa de 11,24, seguido pela Bahia com 9,08 e Alagoas 8,84. E pasmem, 54% das vítimas são jovens, têm entre 20 e 39 anos e 48% delas possuem, no máximo, 08 anos de estudo.

Quando os números globais são decompostos em raça/etnia, outra realidade dramática evidencia a face sombria do machismo entrelaçado ao racismo: 61% das vítimas de feminicídio no país são negras ou pardas. No Nordeste o percentual eleva-se para 87%, no Norte, 83%, e no Centro-Oeste, 68%.

Há um dado positivo. O Código Penal, que durou de 1890 a 1940, no artigo 27 não considerava ilicitude os atos cometidos por pessoas que “se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no acto de commetter o crime”. Tal formulação orientava juízes à falsa e famigerada tese da legítima defesa da honra, absolvendo réus que praticaram crimes contra as suas companheiras.

Felizmente avançamos no combate a essas distorções. Marco fundamental: a Lei Maria da Penha, de 2007, que coloca a mulher na contraofensiva jurídica para se defender. E a aprovação do PL 292/2013, tornando o feminicídio crime hediondo. Se a esses instrumentos legais, somarmos a rede de proteção às mulheres agredidas, constataremos que a luta feminista vai mudando a cara do Brasil. Para que esse avanço libertário ganhe robustez é fundamental fortalecer e ampliar os equipamentos públicos protetivos e garantir a ascensão social, política e econômica das mulheres. Há que se realizar o que preconiza a Convenção de Viena “promover a elevação da participação igualitária e plena das mulheres na vida política, civil, econômica, social e cultural”. Sem isso não é possível reverter o imaginário conservador, traduzido em práticas preconceituosas, que impede a superação das desigualdades de gênero. Retirar a mulher da vulnerabilidade social e ressignificá-la no imaginário coletivo é a chave para que os gemidos da

opressão deem lugar ao riso confiante, resultante da liberdade e da igualdade material de direitos.

Olívia Santana é Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres do Governo da Bahia.